



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 81/XIV/ 2.^a SL

Aos 04 dias do mês de maio de 2021, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão De Defesa Nacional, na(o) Sala 8 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Atas n.ºs 77,78,79 e 80/XIV/2.^a SL;
2. Discussão, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 128.º do RAR, dos **PROJETO DE RESOLUÇÃO 1135/XIV/2 (PAN)** - Recomenda ao Governo que assegure a célere emissão e envio do cartão de Antigo Combatente e de viúva/o de Antigo Combatente a todos os seus beneficiários , do **PROJETO DE RESOLUÇÃO 1200/XIV/2 (BE)** - Recomenda ao Governo que proceda urgentemente à emissão e envio do cartão de antigo combatente e do cartão de viúva ou viúvo de antigo combatente a quem se enquadre no âmbito de aplicação da Lei n.º 46/2020 e do **PROJETO DE RESOLUÇÃO 1204/XIV/2/ (CDS-PP)** - Pela urgente emissão e envio do cartão de antigo combatente e de viúva ou viúvo de antigo combatente e adoção das medidas necessárias a assegurar a gratuitidade do passe intermodal e a entrada nos museus e monumentos nacionais;
3. Apreciação do Relatório de Execução da Lei de Programação Militar (LPM);
4. Apreciação do Relatório de Execução da Lei de Infraestruturas Militar (LIM);
5. Projeto de voto de Congratulação n.º 548/XIV pelo 100.^a aniversário da Liga dos Combatentes;
6. Apreciação e votação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE para audição do Ministro da Defesa Nacional relativamente às condições estatutárias e laborais da Polícia Marítima
7. Outros assuntos.

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente da Comissão, Deputado Marcos Perestrello (PS), as atas n.ºs 77,78,79 e 80/XIV/2.^a SL foram submetidas a votação e aprovadas por unanimidade.

1. Passou-se em seguida, à discussão conjunta dos Projetos de Resolução n.os 1135/XIV/2.^a (PAN)- Recomenda ao Governo que assegure a célere emissão e envio do cartão de Antigo Combatente e de viúva/o de Antigo Combatente a todos os seus



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 81/XIV/ 2.^a SL

beneficiários, 1200/XIV/2.^a(BE) - Recomenda ao Governo que proceda urgentemente à emissão e envio do cartão de antigo combatente e do cartão de viúva ou viúvo de antigo combatente a quem se enquadre no âmbito de aplicação da Lei n.º 46/2020 e 1204/XIV/2.^a(CDS-PP) - Pela urgente emissão e envio do cartão de antigo combatente e de viúva ou viúvo de antigo combatente e adoção das medidas necessárias a assegurar a gratuitidade do passe intermodal e a entrada nos museus e monumentos nacionais, que ocorreu, nos seguintes termos:

A Senhora Deputada Inês de Sousa Real, na qualidade de proponente, expôs, nos seus termos, o Projeto de Resolução n.º 1135/XIV/2.^a (PAN), indicando ter contactos de antigos combatentes que solicitavam que este processo fosse apressado.

O Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) apresentou o Projeto de Resolução n.º 1200/XIV/2.^a(BE), indicando a necessidade de fazer valer os direitos assegurados pela aprovação do estatuto do antigo combatente.

O Senhor Deputado Pedro Morais Soares (CDS-PP) apresentou o Projeto de Resolução n.º 1204/XIV/2.^a(CDS-PP), salientando o empenho que o seu Grupo Parlamentar sempre teve na defesa dos antigos combatentes.

O Senhor Deputado Raul Castro (PS) referiu-se à dificuldade do processo que conduziu à aprovação do estatuto do antigo combatente, e à maior dificuldade do procedimento que está em curso para a emissão do cartão e definição do universo abrangido. Indicou que só a 5 de abril foi emitido o visto do Tribunal de Contas, indispensável já que o encargo com este processo ultrapassa ligeiramente os 900 mil euros. Indicou ter conhecimento de que o processo se encontra na Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM) para emissão e envelopagem, decorrendo em simultâneo um trabalho de verificação da base de dados que mais de 300 mil entradas.

A Senhora Deputada Ana Miguel dos Santos (PSD) interveio para reforçar o papel central do Grupo Parlamentar do PSD na defesa dos direitos dos antigos combatentes, considerando que o trabalho só começou agora já que é mais fácil



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 81/XIV/ 2.ª SL

melhorar o que já está edificado do que o que não existe, sublinhando que, para o seu Grupo Parlamentar, em matéria de antigos combatentes, não há obstáculos.

O Senhor Deputado Diogo Leão (PS) recordou que todas as forças políticas estão empenhadas na concretização de todos os direitos e deveres consagrados pelo estatuto. Indicou que alguns dos direitos previstos no estatuto já estão em vigor mesmo sem a emissão do cartão, e considerou que os três projetos de resolução incorrem no erro de invocar um objetivo temporal. O processo burocrático de produção com a INCM só ficou terminado no dia 9 de abril, pelo que indicou não ser possível saber se é técnica e intelectualmente honesto prever que é possível ter os cartões prontos nos prazos indicados.

A Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) considerou que, seja faseada ou totalmente, não parece viável que o governo possa assegurar que este desiderato esteja executado até junho.

O Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) recordou que há consenso na Comissão em relação à justiça a fazer aos antigos combatentes, com a celeridade necessária, que passa também pela emissão do cartão. Os antigos combatentes não sabem que já há medidas em vigor, já que apenas com o cartão podem fazer uso das prerrogativas.

O Senhor Deputado Pedro Morais Soares (CDS-PP) recordou que o Governo ficou vinculado pelo estatuto a fazer a emissão até maio de 2020, considerando que a própria Assembleia da República deve reforçar a necessidade de emissão urgente.

O Senhor Deputado Raúl Castro (PS) informou que a produção em massa arrancou na terceira semana de abril, pelo que o problema deve estar resolvido a breve trecho.

O Senhor Deputado Diogo Leão (PS) recordou a emissão da portaria que regulamenta o cartão em setembro de 2020. Referiu-se ainda a passos morosos do processo, como o apuramento de moradas e outros atos de gestão. Reforçou que o interesse na emissão do cartão é comum.



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 81/XIV/ 2.ª SL

O Senhor Presidente sugeriu, então, que, de forma a que todos os grupos parlamentares pudessem dar a conhecer ao Governo a urgência da matéria, por uma questão de economia processual, se antecipasse a discussão e votação na especialidade, produzindo um texto de substituição, em nome da Comissão, que pudesse reunir o consenso dos três proponentes e dos restantes partidos representados, sendo assim retirados pelos proponentes os três projetos de resolução iniciais.

A Senhora Deputada Inês de Sousa Real (PAN) recordou a importância de conduzir este processo no mais curto espaço de tempo, já que os adiamentos podem levar a que o cartão já esteja em produção quando o texto de substituição for apreciado pela Comissão.

O Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) reforçou também o fator tempo, e, pese embora preferisse que o Projetos de Resolução do seu Grupo Parlamentar fosse votado separadamente, não se opõe à eficácia de um texto.

Os Senhores Deputados Diogo Leão (PS) e Ana Miguel dos Santos (PSD) concordaram com a metodologia proposta pelo Senhor Presidente.

Participaram, em seguida, no debate sobre a apreciação do Relatório de Execução da Lei de Programação Militar (LPM) os Senhores Deputados Lara Martinho (PS), Carlos Eduardo Reis (PSD) João Vasconcelos (BE) e Pedro Morais Soares (CDS-PP).

No debate sobre a Apreciação do Relatório de Execução da Lei de Infraestruturas Militar (LIM) intervieram os Senhores Deputados Cristina Jesus (PS), Ana Miguel dos Santos (PSD) João Vasconcelos (BE) e Pedro Morais Soares (CDS-PP).

O ponto da ordem de trabalhos sobre o voto de congratulação pelo 100.º aniversário da Liga dos Combatentes foi adiado em virtude de ter sido também submetido pelo CDS-PP um voto sobre a mesma matéria.

As intervenções dos Senhores Deputados constam integralmente do [registo áudio](#) da reunião



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 81/XIV/ 2.ª SL

O Senhor Deputado João Vasconcelos apresentou, de seguida, o requerimento para para audição do Ministro da Defesa Nacional relativamente às condições estatutárias e laborais da Polícia Marítima. A Senhora Deputada Ana Miguel dos Santos (PSD) interveio para indicar que o Grupo Parlamentar do PSD é sempre favorável à audição do Senhor Ministro, pelo que nunca obstaculizaria uma audição. O Senhor Deputado Diogo Leão (PS) declarou que o requerimento do Grupo Parlamentar do BE colhe muitas das angústias da Associação Socioprofissional da Polícia Marítima. Recordou, ainda, que há um requerimento do CDS-PP para audição do Senhor Ministro sobre a situação de Moçambique, audição essa que não foi ainda agendada, sugerindo que se pudesse tentar aproximar as duas audições desde que fosse possível manter alguma autonomia. O Senhor Deputado Pedro Morais Soares (CDS-PP) recordou a necessidade de ouvir primeiro o Senhor Ministro sobre a situação de Moçambique, já que em diversas audições têm sido invocadas as questões constantes do requerimento do BE, pese embora importância dada pelo seu Grupo Parlamentar à iminente abertura da época balnear. A Senhora Deputada Ana Miguel dos Santos (PSD) indicou que o seu Grupo Parlamentar não obstaculizaria esta solução, dispensando o Senhor Ministro de se deslocar duas vezes ao Parlamento, desde que os tempos para abordar cada um dos temas não saiam prejudicados. O Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) acompanhou esta posição e reforçou a necessidade de haver tempo.

O Senhor Presidente recordou que são duas audições autónomas, podendo, no entanto, acontecer uma audição única com uma grelha própria. Considerou, porém, preferível encontrar uma data em que o Senhor Ministro possa vir fazer duas audições no mesmo dia.

O Senhor Presidente questionou o Senhor Deputado João Vasconcelos (BE) sobre a possibilidade de ser o Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, por delegação de competências, a corresponder ao requerimento, o que não foi aceite.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado com os votos favoráveis do PSD, BE e CDS-PP e a abstenção do PS, verificando-se a ausência do PCP no momento da votação.



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 81/XIV/ 2.ª SL

No ponto outros assuntos, o Senhor Presidente recordou o calendário de atividades da Comissão nas semanas seguinte.

A Senhora Deputada Ana Miguel dos Santos pediu a palavra para saudar o regresso do Dia da Defesa Nacional, interrompido desde novembro por causa da pandemia.

Saudou ainda o exercício Contex-Phibex 21, através da Marinha Portuguesa, que conta com militares de vários países, que considerou ser um sinal de que cada vez mais as operações são conjuntas. Desejou ainda um bom regresso aos militares que participam no exercício. Formulou também votos de boa missão aos militares que vão integrar a força nacional destacada na República do Mali.

Solicitou ainda o ponto de situação sobre o pedido de audição do Senhor Ministro de Estado e das Finanças. O Senhor Presidente informou que tinha já sido feita uma insistência junto do Governo para marcação da data, mas que tal não tinha ainda acontecido.

A reunião foi encerrada às 16:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 4 de maio 2021.

O PRESIDENTE

(MARCOS PERESTRELLO)



Comissão de Defesa Nacional

ATA NÚMERO 81/XIV/ 2.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Cristina Jesus (PS)
Diogo Leão (PS)
Joaquim Barreto (PS)
Jorge Gomes (PS)
José Luís Carneiro (PS)
Lara Martinho (PS)
Manuel Dos Santos Afonso (PS)
Marcos Perestrello (PS)
Maria Da Luz Rosinha (PS)
Raul Miguel Castro (PS)
Ana Miguel Dos Santos (PSD)
Carlos Eduardo Reis (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Paulo Moniz (PSD)
Pedro Roque (PSD)
Rui Silva (PSD)
Sérgio Marques (PSD)
João Vasconcelos (BE)
Pedro Morais Soares (CDS-PP)
João Paulo Pedrosa (PS)
Maria Joaquina Matos (PS)
Pedro Sousa (PS)
Inês De Sousa Real (PAN)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe (PCP)